



TEMPORALIDADES, PANDEMIA E FORMAÇÃO EM TEMPOS DE CRISES: epistemicidades e racionalidades¹

Edna Maria Goulart Joazeiro²
Laina Jennifer Carvalho Araújo³
Geysa Elane Rodrigues de Carvalho Sá⁴
Romário Gonçalves da Silva⁵

Resumo

O artigo, de natureza analítico-conceitual, reflete sobre a relação entre formação profissional, trabalho e políticas públicas, com ênfase na política pública de saúde. Tem em vista compreender as temporalidades presentes nas múltiplas dimensões que marcam a difícil articulação entre o mundo da formação, do trabalho nas políticas públicas e da intervenção profissional num contexto de ampliação da desigualdade social. Um tempo marcado pela confluência de múltiplas crises — econômica, política, sanitária e humanitária — que se insere em um espaço temporal com tendência à redução da dimensão universal das políticas, à fragilização da democracia, ao mesmo tempo em que tensiona o sistema de saúde pela ampliação da morbidade/mortalidade agravada pela covid-19. Nessa perspectiva, este trabalho enfatiza a intrínseca relação entre epistemicidades, racionalidades e o devir **do** e **no** processo de formação no Serviço Social.

Palavras-chave: Saúde pública; políticas públicas; Serviço Social; Covid-19.

TEMPORALITY, PANDEMIC AND TRAINING IN TIMES OF CRISIS: epistemicities and rationalities approaches

Abstract

The analytical-conceptual paper explores the relationship between professional training, work and public policies, emphasizing on public health policy. It aims to understand the temporalities in the multiple dimensions involved in the challenging integration between the world of training, work within public policies, and professional intervention in a context of widening social inequality marked by the confluence of multiple crises – economic, political, health and humanitarian – resulting in a shrinking of the universal scope of public policies, and weakening democracy. At the same time, the crisis strains the health system, due to the increase in morbidity/mortality exacerbated by covid-19. In this perspective, we focused in the intrinsic relationship between epistemicities, rationalities and the evolving nature **of** and **in** the training process in Social Work.

Keywords: Public health; public policies; social work; Covid-19.

Artigo recebido em: 25/01/2024 Aprovado em: 18/03/2024
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v28nEp.2024.46>

¹ Estudo financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

² Assistente social e socióloga. Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Course pós-doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Atualmente é Diretora do Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, Brasil, Nível 1D. E-mail: ednajoazeiro@ufpi.edu.br.

³ Bacharel em Serviço Social. Doutora e Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Fez Doutorado Sanduíche no *Conservatoire National des Arts et Métiers* (CNAM), Paris, França, pelo Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). E-mail: laina5411@gmail.com.

⁴ Economista. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora Assistente do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI. Doutoranda em Políticas Públicas pela UFPI. E-mail: geysaelane@hotmail.com.

⁵ Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Piauí, foi bolsista na modalidade Apoio Técnico à Pesquisa do CNPq no Projeto Universal 2020–2025. E-mail: romariogs38@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Neste tempo particular da história, está presente a conjugação da crise sistêmica, da crise estrutural do capital, associada à crise sanitária sem precedentes, marcadas por múltiplas determinações e expressões, que atingiram diferentes países em diversos continentes. Ela impôs múltiplas tensões, obstáculos, fragilidades e desafios decorrentes da dinâmica perversa entre as próprias configurações históricas e da realidade multifacetada, que se apresenta no contexto da pandemia e de seus efeitos deletérios nos sistemas de saúde e nas políticas sociais públicas — marcadamente inseridas em contextos de ampliação da desigualdade social e territorial e de redução da dimensão universal das políticas, que comprometem “[...] o presente e o futuro das políticas públicas e da cidadania em diferentes contextos nacionais e internacionais” (JOAZEIRO; ARAÚJO, 2022, p. 131-132).

Nessa perspectiva, ancoradas em Tonet (2009, p. 435), afirmamos que “[...] a humanidade está atravessando uma crise sem precedentes, que atinge todas as dimensões da vida [...]”, sendo essa crise acompanhada da “[...] onda das políticas de austeridade e de Estado mínimo de um capitalismo neoliberal, rentista e globalizado” (NUNES *et al.*, 2019, p. 4.491).

Assinalamos, assim, que é a dinâmica do próprio capitalismo que explica as múltiplas dimensões da crise, não apenas as de natureza econômica e social, mas também sanitária, cultural e política, ao mesmo tempo em que aprofunda as desigualdades nos planos local, regional, nacional, internacional e mundial enquanto expressões da questão social presente na vida de um grande contingente de população. Nesse contexto, questão social se refere ao conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista, tendo como raiz comum o fato de que “[...] a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2015, p. 27).

Este artigo é um recorte dos resultados parciais da análise das pesquisas *Territórios, temporalidades, dinâmicas do agravo e de atenção à saúde da covid-19 no estado do Piauí: desigualdade social dimensão local e internacional*, CNPq; e *Territórios, temporalidades e desigualdade social: trabalho profissional das profissões das políticas de Saúde e de Assistência Social em diferentes contextos nacionais e internacionais em tempo de pandemia da covid-19, Brasil, Chile e França*, financiada pela Chamada CNPq/Universal 2022–2025, Brasil.

Esses projetos empreendem ponderações sobre as mudanças nos arcabouços conceitual, legal e interventivo nos territórios, mediante a análise da dinâmica da pandemia da covid-19 e de suas variantes, visando à produção de densa e permanente interlocução e reflexão sobre a atividade

científica que emerge, nesse tempo particular da história, em diferentes contextos nacionais e internacionais.

Nessa concepção, buscamos refletir sobre a relação entre trabalho, território e formação profissional, visando compreender as temporalidades e as racionalidades presentes nas múltiplas dimensões que marcam a crise sanitária decorrente da covid-19. As indagações geradas no âmago do trabalho coletivo, entre as equipes nacionais e internacionais dos estudos, têm contribuído para o estabelecimento de forte relação entre os pesquisadores; e engendrado relação profícua, buscando estabelecimento de vínculo de compromisso e de compartilhamento das perspectivas de análise no decorrer do tempo.

2 TERRITÓRIO, AGRAVOS À SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

A complexidade desse contexto tende a criar obstáculos para a compreensão da difícil articulação entre o mundo do trabalho e o da formação profissional, especialmente nas profissões que intervêm nas expressões da questão social, em contexto de ampliação da desigualdade social e territorial, da vulnerabilidade e do risco social em tempos de crise do capital. Nele está presente a multiplicidade de dimensões que marcam a trama da realidade social, à medida que está submetido à instabilidade no custeio das políticas públicas e sociais, diante do contexto de crise estrutural e conjuntural do capitalismo, que tem marcado e fragilizado a dimensão universal das políticas sociais.

Assinala lamamoto (2008, p. 53) que “[...] o capital, em seu movimento de valorização, produz a *sua invisibilidade do trabalho e a banalização do humano*, condizente entre a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso [...]”; dessa forma, amplia “[...] exponencialmente as desigualdades inerentes a essa relação social, as quais são hoje impensáveis sem a ativa intermediação das políticas econômicas e sociais implementadas”. Na perspectiva da autora, essas fissuras e contradições entre as classes e o “[...] espectro de suas lutas, acrescidas de disparidades de gênero, geração, etnias, regiões e meio **ambiente** [...] enraizadas nas particularidades nacionais, impõe[m] novas determinações históricas à produção e reprodução das relações sociais (p. 53, grifos da autora).

No contexto da pandemia, tem prevalecido um intrincado de relações “[...] interdependentes que se interpenetram e, muitas vezes, se sobrepõem às preexistentes necessidades em saúde e sociais de cada país, se avolumam os dilemas postos no cotidiano de trabalho nas políticas públicas” (JOAZEIRO; ARAÚJO; SILVA, 2024, p. 148), e se defrontam com a multiplicidade de interfaces decorrentes da relação entre os agravos à saúde nos territórios, e as mútuas e múltiplas manifestações das expressões da questão social.

Nessa perspectiva, a compreensão da dinâmica do adoecer e do morrer, em decorrência da pandemia, nos 5.570 municípios brasileiros (IBGE, 2022), tem íntima relação com o lugar que o sujeito ocupa no território vivido (SANTOS, 2006). Compreender a complexidade do processo do viver-adoecer-recuperar-morrer em tempos de pandemia pressupõe o desafio de empreender análise criteriosa da estrutura social e da conjuntura histórica ancorada na perspectiva da totalidade, enquanto categoria ontológica, que está em constante movimento.

O estudo se fundamenta no método histórico-dialético, com base nas categorias de análise na perspectiva da totalidade, visando apreender tanto a singularidade quanto as especificidades do processo em curso¹ (JOAZEIRO; ARAÚJO; SILVA, 2024, p. 150). Enfatiza as mudanças no arcabouço conceitual e interventivo, ancoradas na dinâmica da pandemia, privilegiando as fontes públicas de dados referentes a esse agravamento à saúde no período supramencionado. Assim, busca compreender as relações instauradas e os desafios postos à atenção à população com agravos à saúde decorrentes da pandemia, que, muitas vezes, está submetida a múltiplas formas de vulnerabilidade e de risco social (BRASIL, 2004).

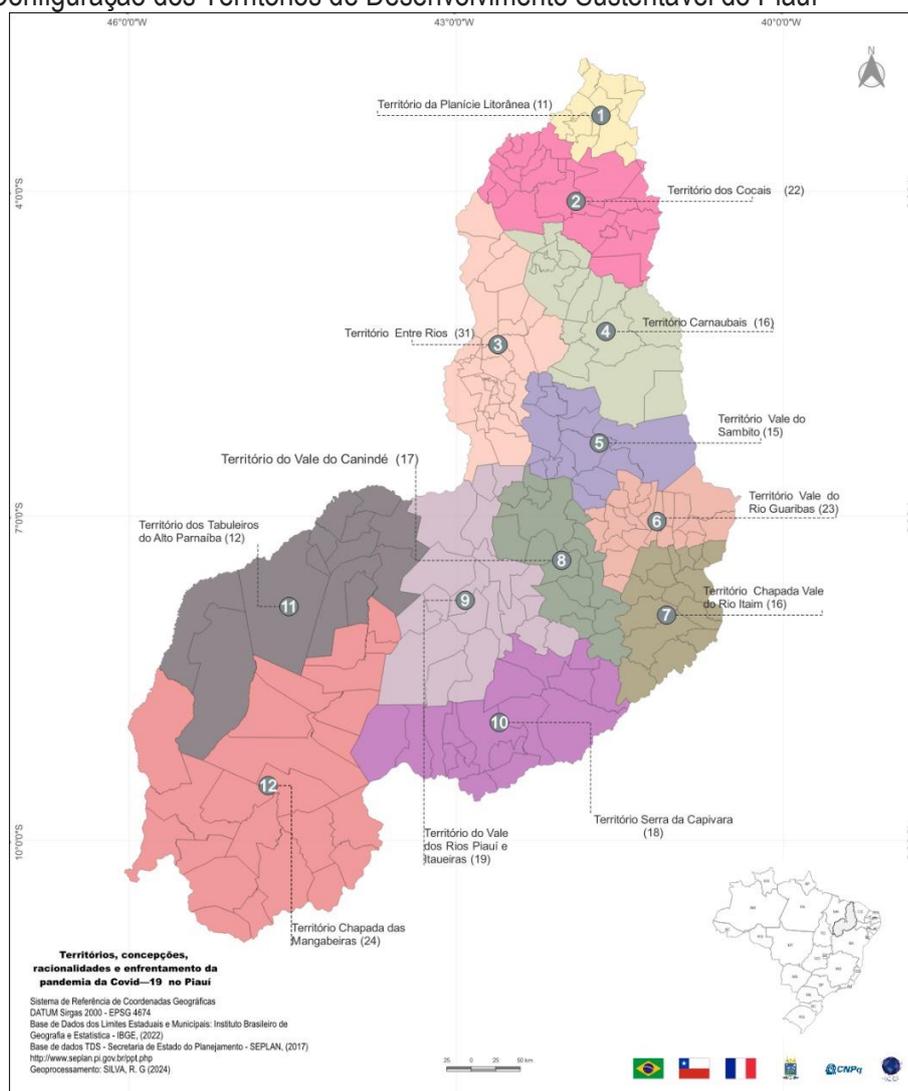
O campo da saúde é um espaço social permeado por múltiplas formas de poder, conhecimentos e tecnologias desenvolvidos ao longo da história. É um ambiente que constantemente suscita novos conhecimentos à medida que demanda do sujeito que intervém o desafio de desvendar a realidade concreta. Esse campo de intervenção funciona simultaneamente como local de trabalho e de formação para os profissionais que nele se engajam, contribuindo para a expansão do conhecimento e do saber (JOAZEIRO, 2018).

Nesse sentido, essa dinâmica está intimamente relacionada à estrutura produtiva da sociedade, o que requer do protagonista da atividade de trabalho, seja ele o profissional ou o estudante em formação, conceber as múltiplas e mútuas interfaces presentes na conjuntura atual,

[...] buscar compreender [...] as interfaces presentes na conjuntura atual, sendo **imprescindível o envolvimento de políticas públicas para minimizar os efeitos adversos que se entrecruzam e se avolumam em tempos de pandemia**, que deverão ser adequadamente geridos, tanto no momento da pandemia quanto na pós-pandemia (JOAZEIRO, 2024, p. 12, grifos nossos).

O estado do Piauí se divide em quatro macrorregiões — Litoral, Meio-Norte, Semiárido e Cerrados —, estando organizado com base em 12 Territórios de Desenvolvimento (TDs) (**Figura 1**). A Lei Complementar n.º 87/2007 estabelece que os TDs do Piauí são “[...] espaços socialmente organizados, compostos por um conjunto de municípios, caracterizados por uma identidade histórica e cultural, patrimônio natural, dinâmica e relações econômicas e organização, constituindo as principais unidades de planejamento da ação governamental”².

Figura 1 – Configuração dos Territórios de Desenvolvimento Sustentável do Piauí



Fonte: SEPLAN, 2017/ IBGE, 2022.

Esses territórios consideram as peculiaridades locais e regionais que visam à promoção do desenvolvimento sustentável do estado, à redução das desigualdades e à melhoria da qualidade de vida da sua população (CEPRO, 2017). Na análise, buscamos compreender as múltiplas dimensões envolvidas na dinâmica **do** e **no** território em tempos de pandemia, para tanto, construímos a **Figura 2**, com o intuito de assinalarmos as múltiplas fontes de riscos que acometem a população que vive em território, cujo país é de dimensão continental, em presença de agravo de natureza contagiosa, e de como as intervenções no âmbito da políticas públicas requerem ações ancoradas no aqui e agora da atividade, embasadas em conhecimentos nascidos **da** e **na** comunidade científica local, nacional e mundial.

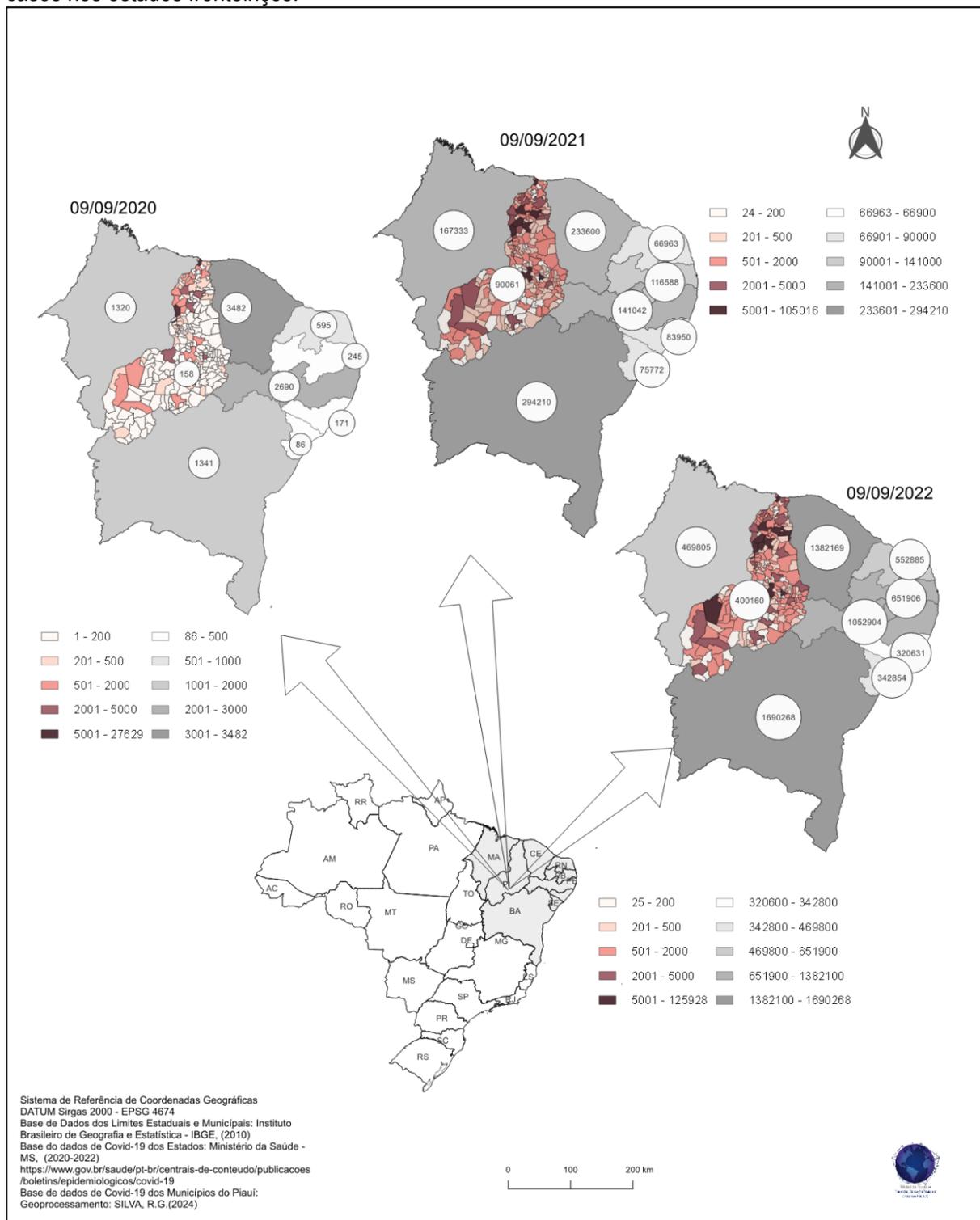
Essas dimensões estão, necessariamente, correlacionadas com as fragilidades do viver em presença e em tensão com a busca pela saúde. Nesse contexto, o próprio sistema público de saúde é interpelado e pode entrar em colapso se ações rigorosas e fundadas na dinâmica do

agravamento do quadro sanitário em curso não forem pautadas na interlocução entre a temporalidade do vital (CANGUILHEM, 1995) e a do Kairós (TRÉDÉ, 1992), do aqui e agora. Deve-se construir sistemáticas e fluxos de atenção próprios envolvendo a dinâmica da vida e dos riscos para expressivos contingentes populacionais, marcados ou não por situações de vulnerabilidade ou de risco social no enfrentamento diuturno da dinâmica de atenção à população usuária.

Nesse emaranhado de relações, o cotidiano de trabalho, quer seja na docência no Ensino Superior, quer seja na esfera da intervenção no âmbito das políticas públicas, evidencia a intrínseca relação entre os agravos à saúde no território e as mútuas e múltiplas interfaces com o campo do “social”, explicitando a ampla categoria das necessidades humanas, das necessidades em saúde e das necessidades sociais, intimamente relacionadas à estrutura produtiva da sociedade.

Nesse sentido, visando compreender as variadas dimensões que têm lugar na difícil articulação entre o mundo do trabalho no âmbito das políticas públicas e da intervenção profissional, analisamos a dinâmica da pandemia da covid-19 no período de 2020 a 2022, com vistas a refletir sobre as relações que são tecidas no cotidiano de trabalho, com ênfase na saúde, na densa relação desse agravo nos Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí (TDs) nas suas recíprocas e diversas interfaces com o campo da saúde e do “social”.

Figura 2 – Configuração dos agravos à saúde da covid-19 no Piauí e sua relação com a dinâmica dos casos nos estados fronteiriços.



Fonte: IBGE, 2010 / MS (2020–2022).

Nesse contexto, dada a complexa relação da covid-19 e de suas múltiplas interfaces com outras dimensões presentes — no processo de adoecer-tratar-recuperar ou morrer —, ficou evidenciada a necessidade de utilização de ferramentas tecnológicas de suporte para o

reconhecimento e o monitoramento, da dinâmica instalada, desses agravos à saúde nos territórios vividos.

Dessa forma, compreender o crescimento do número de casos da doença e sua distribuição geográfica nos territórios teria sido fundamental para identificarmos os locais com maior risco, permitindo alocação eficaz de recursos tecnológicos e humanos com a finalidade de mitigar os efeitos prejudiciais da pandemia. Assinalamos que essa abordagem poderia otimizar as ações dos profissionais de saúde em áreas prioritárias, como foi evidenciado no decorrer do processo de imunização no Brasil.

A experiência concreta do enfrentamento da pandemia da covid-19 ensinou que a organização das informações de saúde e de diversas dimensões socioterritoriais, se tivesse sido analisada em contexto geográfico, poderia ter contribuído para estabelecer estratégias de políticas de intervenção pertinentes aos âmbitos local, estadual, nacional e global, permitindo a criação de respostas ágeis diante da dinâmica instável e crescente de acúmulo de interfaces e de riscos de morbimortalidade.

Nesse contexto, refletir sobre o processo de enfrentamento da covid-19 requer analisar também a relação que se estabelece entre os riscos presentes no processo de adoecer e as terapêuticas disponíveis para o seu enfrentamento, particularmente no que tange ao processo de imunização cientificamente referendado como alternativa em defesa da vida.

3 PANDEMIA, IMUNIZAÇÃO E COBERTURA VACINAL EM TERESINA

Temos assinalado que a cobertura vacinal é um indicador fundamental da efetividade das políticas de imunização e da proteção da saúde pública. A garantia de altas taxas de cobertura vacinal é essencial para prevenir doenças infecciosas e promover a saúde da população, especialmente se considerarmos o contexto da Primeira Infância. Contudo, nos últimos anos, observam-se dificuldades na manutenção dos índices regionais de cobertura vacinal, levantando questionamentos sobre os fatores que contribuem para essa realidade (NÓVOA *et al.*, 2020).

No Brasil, a Lei n.º 13.257/2016 dispõe sobre as políticas públicas para a Primeira Infância — período que abrange os primeiros seis anos completos ou 72 meses de vida da criança —, e estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas direcionadas a esse período de vida da criança em atenção à especificidade e à relevância dessa fase no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano. Essa política está em consonância com a Constituição Federal, com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com o ordenamento jurídico brasileiro em vigor.

Enfatizamos um aspecto relevante associado à imunização, que se evidenciou no decorrer do tempo pandêmico da covid-19: a disseminação de informações falsas sobre vacinas, o negacionismo científico e as *fake news*. Eles prejudicaram, sobremaneira, o processo de vacinação à época, o que pode ter contribuído para a tendência de queda observada na vacinação da Primeira Infância no Brasil, como um todo, e, em particular, na análise de Teresina, capital do Piauí.

A vacinação, enquanto política pública há muito consolidada no Brasil, se viu diante, não apenas de um novo patógeno que causou grande impacto nas diversas dimensões da realidade nacional, quer seja econômica, política, social e sanitária, mas também, se defrontou com o aprofundamento de antigos problemas, pendentes de resolutividade. É aqui que entra a discussão da territorialidade, que sintetiza diversas outras questões que têm o potencial de mitigar a efetividade de tal política pública (SÁ; JOAZEIRO, 2022, p. 1.858).

Nesse contexto, para superar os desafios e fortalecer a infraestrutura de saúde, combatendo também antigos problemas, se espera que as políticas públicas atuais sejam implementadas com base na ampliação da comunicação com as famílias, mediada pelo uso de linguagem clara e acessível, visando ao fortalecimento da Atenção Primária em Saúde e à ampliação da capacidade de atendimento dos serviços de vacinação. Isso uma vez que, ao garantir a imunização na Primeira Infância, assegura-se mais do que o cumprimento de um direito previsto na legislação brasileira, materializa-se a proteção às crianças relativa a um conjunto de doenças que podem comprometer significativamente sua saúde e seu desenvolvimento.

O município de Teresina adota o Programa Nacional de Imunizações (PNI), seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, de forma a oferecer as vacinas recomendadas de forma gratuita e universal nos Postos de Saúde e nas Unidades Básicas de Saúde. No contexto local, é essencial compreender a dinâmica da cobertura vacinal e sua evolução ao longo dos anos, pois isso permite avaliar a eficácia das políticas e ações implementadas nessa área, reforçando bons resultados e apontando efeitos indesejados.

A vacinação na Primeira Infância é um direito fundamental e um desafio coletivo. Através de ações conjuntas, investimentos em políticas públicas e implementação de estratégias eficazes, é possível garantir a proteção das crianças contra doenças graves e evitáveis, promovendo futuro mais saudável para todos. Fazemos uma breve reflexão sobre a cobertura vacinal relativa à infância no município de Teresina.

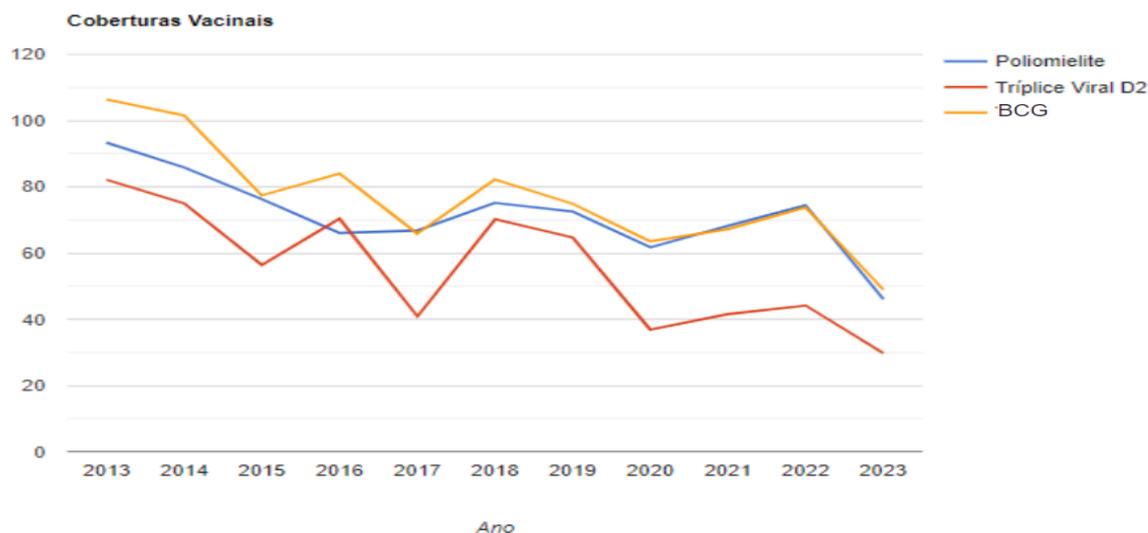
Na **Figura 3**, são apresentados os dados coletados e a análise da cobertura vacinal para cada um dos imunobiológicos selecionados, destacando as tendências ao longo dos anos de 2013 a 2022. Os resultados demonstram que a cobertura vacinal em Teresina apresentou tendência de queda para as três vacinas analisadas no período de 2013 a 2022. A BCG, que atingiu índice de 143,60% em 2013, caiu para 89,35%, em 2022. A cobertura da Poliomielite variou entre 93,25%, em 2013, e

61,71%, em 2020, com uma leve recuperação para 74,42%, em 2022. A Tríplice Viral apresentou a maior queda, de 82,11%, em 2013, para 36,90% em 2020, com um aumento para 52,48% em 2022. Os dados de 2023 não estavam consolidados.

O conjunto dos números revela a importância da manutenção temporal das boas práticas em relação ao Programa Nacional de Imunização, em especial com a mudança de poder que o país vivenciou no ano de 2023. A vacinação durante a pandemia da covid-19 ganhou expressividade como política pública, mas com ela expandiu-se o universo de contrarreformas provocadas pelo Governo Bolsonaro, gerando atrasos na efetividade das ações em saúde. Segundo Cardoso e Joazeiro (2022),

[...] torna-se importante destacar que, em tempos de pandemia, a intervenção do Estado brasileiro, com base nas múltiplas contrarreformas, tem fragilizado o arcabouço do SUS, dificultando o trabalho em saúde e o custeio das políticas sociais públicas. Além disso, cria sérios obstáculos para os protagonistas do trabalho e para a atenção intra e intersetorial em rede, que, em última instância, envolve dimensões políticas, econômicas, culturais e técnicas, e, no limite, coloca seriamente em risco a vida e a cidadania (p. 120).

Figura 3 – Cobertura Vacinal do município de Teresina por imunobiológico por ano



Fonte: Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI/CGPNI/ DEIDT/ SVS/MS).

A cobertura vacinal em Teresina tem apresentado tendência negativa nos últimos anos, com algumas pequenas melhorias em determinados períodos, porém sempre abaixo dos índices observados em anos anteriores, como em 2013. A fragilização da política pública de vacinação voltada para a Primeira Infância pode ser associada a esse problema, especialmente no que diz respeito ao desafio no processo de fortalecimento da confiança da população, em especial dos pais das crianças, no que tange à desinformação e às *fake news*.

4 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO E NO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

No Brasil, o assistente social é um profissional de nível superior que possui formação científica, crítica, de caráter investigativo e interventivo, cuja dimensão do exercício profissional é de natureza teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Nessa perspectiva, a formação deve ser “[...] situada nas entranhas das reais e concretas contradições que marcam a conjuntura atual, as quais cada vez mais são escamoteadas pela ideologia dominante e deslocadas do centro para a periferia” (GUERRA, 2018, p. 26).

A formação e a intervenção no âmbito do “social” têm como matéria-prima a questão social, entendida como a desigualdade na sociedade de classes. O caráter histórico e multifacetado da questão social requer do profissional, protagonista do trabalho *das e nas* políticas públicas, que seja capaz de apreender o que Pereira (2014, p. 27) denomina como os “[...] principais traços da interdisciplinaridade como paradigma epistemologicamente mais trabalhado, embora não esgotado, da concertação de saberes com vista ao conhecimento mais denso e abrangente de realidades complexas”.

Nesse contexto, a questão da formação profissional aqui discutida atravessa diversos campos conceituais, que são imprescindíveis para a compreensão da configuração dos agravos à saúde em tempos de pandemia da covid-19. Assim, ao pensarmos a formação profissional *do e no* Serviço Social, estamos nos referindo ao diálogo necessário que é requerido de *quem* o realiza, seja o profissional ou o estudante em processo de formação, visando compreender o *corpus* de conhecimento da profissão e sua relação com a decifração do cotidiano do exercício profissional “[...] pois entende-se que o Serviço Social não atua apenas *sobre* a realidade, mas atua *na* realidade” (IAMAMOTO, 2015, p. 55, grifos da autora).

Esse *corpus* de conhecimento não está circunscrito, tampouco fechado no tempo; antes, dialoga continuamente com as mudanças que se processam nas esferas que ligam sociedade, cultura, política pública e vulnerabilidades. Ao mesmo tempo, toda intervenção no âmbito da política pública requisita apreender a dinâmica “[...] conjuntural e a correlação de forças manifesta ou oculta [...]” (GUERRA, 2014, p. 268), uma vez que “[...] as ações profissionais tendem não apenas a realizar o atendimento da necessidade imediata, como ainda a se vincular aos projetos sociais das classes que mediatiza” (p. 268).

Na análise do processo formativo e interventivo no âmbito do trabalho nas políticas públicas, destacamos as relações de interpenetração e de interdependência indispensáveis ao exercício da atividade de trabalho no âmbito do “social” na interface com a saúde. São atividades marcadas pelo compromisso de trabalhar níveis de saberes e de epistemicidades que, a despeito de

terem nascido em territórios distintos e marcados por diferentes níveis de aderência a histórias locais e regionais, numa relação com saberes provenientes de tempos imemoriais, são herdeiros de patrimônios de saberes que precisam ser aprendidos sob diversas formas e por meio de diferentes níveis de complexidade. Isso porque são indissociáveis e indispensáveis para o fortalecimento da defesa do direito à vida e para a criação de reservas de alternativas capazes de gerar novas perspectivas de análise e de intervenção, visando transformar a realidade.

Nesse espaço de formação e de trabalho, as narrativas se constituem em tecnologias de assistência, de formação e de socialização do saber, pois permitem convocar e [re]convocar saberes nascidos da disciplina epistêmica e do patrimônio de conhecimento da profissão, ao mesmo tempo que constituem uma valiosa forma de revelar os saberes em processo de consolidação³.

Nessa conjuntura, a história da profissão tem estado marcada pelo encontro com a pandemia da covid-19, colocando desafios no âmbito da formação e do exercício profissional à medida que a pandemia trouxe grandes consequências para o Ensino Superior público com a intensificação do trabalho docente, “[...] que se agrava com a imposição do ensino remoto emergencial como a única alternativa no período de isolamento social” (FARAGE, 2021, p. 50), visando não expor docentes, discentes e demais trabalhadores aos riscos decorrentes da pandemia. Destacamos que essa modalidade de ensino, segundo Melim e Moraes (2020), se distingue da Educação a Distância (EaD), já consolidada e cada vez mais crescente, principalmente no âmbito desse nível de ensino.

Melim e Moraes (2020, p. 1) destacam que a diferença entre as modalidades de ensino presencial e a distância é particular, uma vez que o ensino remoto surgiu como uma “[...] resposta pragmática ao período estendido da quarentena [...]”, enquanto a modalidade EaD “[...] está prevista no artigo 80 da Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,” (2020, p. 3). A última possui um corpo de diretrizes para a sua efetivação, que inclui desde a previsão do acesso à tecnologia para assistir às aulas até momentos presenciais como parte do processo formativo e avaliativo. Contudo, esse novo modelo de ensino tem contribuído para a precarização do trabalho, à medida que os custos para a efetivação da atividade de trabalho são de responsabilidade do profissional e do discente,

[...] com diferentes nomenclaturas e narrativas, as propostas de Ensino Remoto Emergencial (ERE) apresentadas nas universidades do Brasil possuem visíveis fragilidades, em suas bases legais e em seus pressupostos pedagógicos e de planejamento das atividades de ensino, acentuando as tendências à improvisação e à desqualificação do processo, responsabilizando individualmente a docentes e discentes por garantir o processo de aprendizagem (ABEPSS, 2020, p. 2).

Cardoso e Canêo (2021, p. 79–80) acentuam que, mesmo que algumas universidades, sobretudo as federais, tenham apresentado “[...] projetos e iniciativas de ampliação nos auxílios e de

empréstimos de computadores [...] a evasão estudantil ainda pode aumentar frente ao corte adicional nos recursos do governo federal de quase 20% de 2020 para 2021 das universidades federais”. Essa modalidade tem expandido a precarização do ensino, das condições de trabalho e do acesso ao conhecimento nos seus diferentes níveis, à medida que distancia a articulação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão a qual está relacionada à comunicação entre universidade e sociedade, acentuando inúmeros desafios no que se refere à materialização das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

Esse tipo de formação cria obstáculos ao desenvolvimento da capacidade de decifrar as expressões da questão social, uma vez que as relações que os assistentes sociais “[...] tecem em sociedade não são diretas e nem transparentes, não se revelando de imediato” (IAMAMOTO, 2013, p. 230). Isso requer desse profissional ser capaz de construir categorias analíticas que permitam balizar a aproximação e a leitura do cotidiano no exercício profissional.

Assinala lamamoto (2015, p. 52) que um dos grandes desafios na atualidade consiste em “[...] transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade”. Assim, se pensarmos sobre a lógica que norteia o ensino remoto, apreendemos que o desafio da formação profissional se torna ainda maior, uma vez que, nessa perspectiva de educação, privilegia-se a dimensão da transmissão de informações. Esse fato se constitui em um obstáculo à decifração das múltiplas expressões da questão social indispensáveis para a apreensão de sua historicidade e de sua relação processual.

Desse modo, as implicações deste processo, no contexto de crise do capital que se acirram com a crise sanitária, e que por sua vez, acentua a desigualdade, não pode ocultar a presença intensa da razão de conhecer da profissão, ao longo do tempo de consolidação da profissão, de formação dos discentes que, gradativamente, se tornarão assistentes sociais (ARAÚJO; JOAZEIRO, 2023, p. 13).

Entendemos que “[...] razão de ser e razão de conhecer a/da profissão constituem-se em dois momentos de um mesmo movimento que se materializa na intervenção profissional do assistente social” (GUERRA, 2014, p. 269). Nessa perspectiva, para realizar uma análise aprofundada, que coadune as dimensões estruturais e as conjunturais dessas [re]configurações, é requerido de **quem** as realiza que se ancore em orientações teóricas capazes de captá-las não somente em suas particularidades, mas em suas múltiplas determinações, enquanto momentos de uma totalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta análise, indagamo-nos sobre os desafios que estão postos no encontro diuturno na dinâmica de atenção à população usuária que se ancora na relação que tece e é tecida

entre o trabalho coletivo das diversas profissões da saúde na Rede de Atenção à Saúde (RAS) e as interfaces do trabalho coletivo, que precisa ser realizado em presença de múltiplas incertezas, diante das formas de contágio, de terapêutica e de biossegurança no processo de proteção à saúde. Conforme já assinalado, lamamoto afirma que as relações que se tecem e são tecidas na sociedade “[...] não são diretas [nem] transparentes, não se revelando de imediato [...]” (2013, p. 195) uma vez que “[...] a estrutura da vida cotidiana é distinta, quanto ao seu âmbito, aos seus ritmos e regularidades e aos comportamentos diferenciados dos sujeitos coletivos” (NETTO, 2012, p. 65).

No Brasil, a dinâmica histórica tem apresentado desafios decorrentes dos retrocessos estruturantes, gerados pela crise capitalista no âmbito dos direitos sociais e das políticas sociais, em presença da crise sanitária causada pela pandemia da covid-19, que tornou visíveis as desigualdades sociais e, conseqüentemente, têm levado ao crescimento das necessidades sociais e de saúde de grandes contingentes da população.

São inúmeros os desafios a serem enfrentados no âmbito da ciência, da formação no ensino superior, na intervenção, na pesquisa e na produção do conhecimento. Enfatizamos os imensos desafios à formação e ao exercício profissional **do** e **no** Serviço Social, tanto no âmbito da graduação quanto da pós-graduação, num contexto de elevada incerteza, que cria obstáculos à materialização das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e de fortalecimento do projeto ético-político da profissão. Assim cabe à Universidade, aos órgãos de classe da profissão e aos profissionais o desafio de assegurar a defesa do projeto de formação profissional, pautado em perspectiva crítica, sensível e propositiva, fundamentada nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A análise ora apresentada remete ao desafio de consolidar a formação profissional capaz de intervir nas políticas públicas em consonância com a complexidade presente nos espaços sócio-históricos, que se encontram e se confrontam com um conjunto de necessidades humanas e em saúde na sua relação particular e específica **com** e **no** território vivido (SANTOS, 2006). Essa pressupõe intervenção no âmbito da Rede de Atenção à Saúde (RAS) e das redes de proteção social, em conjuntura adversa à que se encontra a classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2020), cuja vida, no marco temporal analisado, tem estado imersa em um cotidiano desprovido de proteção social e se encontra em intenso fogo cruzado, sob a mortalidade do vírus e a letalidade do capitalismo. Antunes (2020), nos convida a lutar pela preservação da vida como *“um imperativo vital contra um mundo letal”* (p. 34, destaques do autor).

No contexto de sobreposição de crises no Brasil, torna-se indispensável fortalecer o Sistema Único de Saúde, instituído com base nos marcos conceituais da Reforma Sanitária. Isso pois reforça o seu caráter público, defendendo um sólido projeto que supere o histórico subfinanciamento estrutural, agravado pela Emenda Constitucional 95/2016 e com vistas a assegurar a

necessária capilarização das ações nos territórios onde vive a população usuária, que anseia pela proteção **das** e **nas** políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Nota sobre trabalho remoto em tempos de pandemia: em defesa da graduação e pós-graduação em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, ano 20, n. 39, p. 279-284, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/31105/20878>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO, Laína Jennifer Carvalho Araújo; JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. Serviço Social e formação em tempos de crise do capital e de pandemia. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. e41383, 2023. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/41383>. Acesso em: 28 mar. 2024.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

CARDOSO, Francisca Maria Carvalho; JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. Saúde mental e defesa da vida em tempos de pandemia. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [s. l.], v. 20, n. 49, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/63474>. Acesso em: 16 jun. 2023.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; CANÊO, Giovanna. Desafios da formação profissional crítica em tempos de pandemia, neoliberalismo e conservadorismo. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 70-86, 2021. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis>. Acesso em: 5 jun. 2021.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 48-65, 2021. Disponível em: <https://www.scielo>.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2015.

JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. **Supervisão acadêmica e de campo: relação entre saberes**. Teresina: EDUFPI, 2018.

JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. Atenção à saúde, internacionalização e fortalecimento da ciência em defesa da vida. In: JOAZEIRO, Edna Maria Goulart (org.). **Territórios, temporalidades, atenção à saúde e Covid-19: dimensão nacional e internacional**. Teresina: EDUFPI, 2024. p. 9-25.

JOAZEIRO, Edna Maria Goulart; ARAÚJO, Laína Jennifer Carvalho; SILVA, Romário Gonçalves da. Territórios, concepções, racionalidades: dinâmica do enfrentamento à pandemia da Covid-19 no Piauí. *In: JOAZEIRO, Edna Maria Goulart (org.). Territórios, temporalidades, atenção à saúde e Covid-19: dimensão nacional e internacional.* Teresina: EDUFPI, 2024. p. 147-176.

MELIM, Juliana Iglesias; MORAES, Livia de Cássia Godoi Moraes. **Ensino remoto**: porque dizemos não. Texto para o debate. Vitória (ES): UFES, 2020. Disponível em: <https://wp.adufes.org.br/contribuicao/ensino-remoto--por-que-dizemos-nao>. Acesso em: 24 jun. 2021.

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. *In: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Cotidiano, conhecimento e crítica.* 10. edição. São Paulo: Cortez, 2012.

NÓVOA, Thaís d'Avila *et al.* Cobertura vacinal do programa nacional de imunizações (PNI)/Vacinal coverage of the national immunization program (PNI). **Brazilian Journal of Health Review**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 7863–7873, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/12969>. Acesso em: 19 jun. 2023.

NUNES, Mônica de Oliveira *et al.* Reforma e contrarreforma psiquiátrica: análise de uma crise sociopolítica e sanitária a nível nacional e regional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 12, p. 4489-4498, dez. 2019.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. *In: MONNERAT, Giselle Lavinias; ALMEIRA, Ney Luiz Teixeira de; SOUZA, Rosimary Gonçalves de (orgs.). A intersetorialidade na agenda das políticas sociais.* Campinas: Papel Social, 2014. p. 21-39.

SÁ, Geysa Elane Rodrigues de Carvalho; JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. Território, Covid-19 e acesso à imunização: análise conceitual sobre os desafios da pandemia. SINESPP Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas, 4. **Anais [...]**. Teresina, v. 4, n. 4, p. 1857-1867, ago. 2022. Disponível em: https://sinespp.ufpi.br/anais_d.php. Acesso em: 16 jun. 2023.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *In: SANTOS, Milton et al. Território e territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.* Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. *In: MONNERAT, Giselle Lavinias; ALMEIRA, Ney Luiz Teixeira de; SOUZA, Rosimary Gonçalves de (orgs.). A intersetorialidade na agenda das políticas sociais.* Campinas: Papel Social, 2014. cap. 1, p. 21-39.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. *In: CFESS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.* Brasília (DF), 2009. p. 107-122.

TRÉDÉ, Monique. Introduction. *In: Kairós L'à-propos et l'occasion: (le mot et la notion, d'Homère à la fin du IVe.Siècle avant J.C).* Paris: Éditions Klincksieck: 1992, p. 15–21. (Études et Commentaires, 103).

Notas

¹ Para aprofundamento sobre a temática, sugerimos ao leitor cf. Joazeiro, Araújo e Silva (2024, p. 162-169).

² Cf. Lei Complementar nº 87/2007, artigo 1, parágrafo 2.º.

³ Para aprofundamento, sugerimos confrontar Joazeiro (2018), especialmente as páginas 65 *et seq.*